

O agronegócio brasileiro: análise das principais commodities

Prof. Dr. Ludwig Einstein Agurto Plata
Fatec de Itapetininga, São Paulo – Brasil
Ludwig@uol.com.br

Adriel Vicente da Conceição
Fatec de Itapetininga, São Paulo – Brasil
adrielvc@gmail.com

Resumo

Este artigo busca contextualizar o agronegócio brasileiro, tendo como base sua formação histórica no Brasil. São analisadas as principais commodities: açúcar, soja, milho e carne (grãos e carnes), buscando os resultados mais atuais que evidenciam a importância do setor agropecuário na economia nacional. Neste processo procura-se traçar o perfil de como vem se sustentando a evolução das exportações dos produtos como milho, soja e carnes dando destaque para as carnes bovina e de frango. No final, abordam-se as projeções os próximos dez anos para os principais produtos agroalimentares.

Palavras-chave: agronegócio, setor agropecuário, commodities, exportações e importações

Abstract

This article seeks to contextualize the Brazilian agribusiness, based on its historical formation in Brazil, we analyze the main commodities sugar, soybean, corn and meat (grain and meat), seeking the most current results that show the importance of the agricultural sector in the national economy, this process seeks to profile and has been supporting the development of exports of products such as corn, soybeans and giving prominence to meats, beef and chicken, and to finalize deals with the projections for the main agro-food products within a perspective for the next ten years.

Keyword: agribusiness, agricultural sector, commodities, exports and imports

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata de contextualizar a participação do setor agropecuário na economia nacional, que tem representado em média, nos últimos 15 anos, 6,0% do PIB brasileiro, sem considerar as agregações à jusante e a montante das cadeias. As exportações agrícolas cresceram 439%, fazendo com que a balança comercial desses produtos crescesse em 637%, entre 1997 e 2010. A produtividade também experimentou importantes avanços, como no caso dos grãos de 118% entre 1990 e 2010, mas ainda são notórias as possibilidades de avanço nas cadeias alimentares e da pecuária. Em termos mundiais este aumento da produtividade possibilitou a quarta posição entre os maiores exportadores mundiais do agronegócio, ficando atrás dos Estados Unidos, União Europeia e do Canadá.

Na atualidade, o Brasil é o quarto maior exportador agrícola mundial, ficando atrás apenas da União Europeia, dos Estados Unidos e do Canadá. Entretanto, a continuidade da evolução das tendências verificadas nos últimos

anos pode fazer com que o Brasil se torne o líder do ranking, situação que já aconteceu nos mercados de carnes bovinas e de frango.

O agronegócio é definido como sendo uma integração sistêmica que inclui o setor produtivo agrícola e pecuário, que apresenta, por sua vez, a montante os fabricantes de insumos (fertilizantes, defensivos e sementes), máquinas e equipamentos, quanto à jusante da cadeia, que inclui as atividades de beneficiamento, estocagem, embalagem e comercialização. Desde a década de 1970, verifica-se seu expressivo crescimento e difusão ao longo do território nacional, é o elemento central para a discussão sobre o crescimento da produção e da produtividade brasileira nos últimos anos.

A difusão deste modelo de agricultura no Brasil ampliou-se de maneira que não somente na atualidade as grandes propriedades estão engendrando a produção dentro deste conceito, como também muitas propriedades que se enquadram na definição de Agricultura Familiar podem ter sua produção considerada como inserida no agronegócio.

Porém, este artigo tem como propósito analisar as principais commodities (grãos e carnes) que são produtos do agronegócio brasileiro, sem enveredar-se pelos encadeamentos indústrias a montante e a jusante relacionada ao agronegócio. Para tal está dividido em outras seis seções além desta introdução. A segunda seção trata de descrever rapidamente a história da formação do agronegócio brasileiro nos termos da definição teórica adotada. Na terceira seção realiza-se uma discussão sobre a importância econômica do agronegócio brasileiro, apontando como esta tem incrementado nos últimos anos, notadamente, no que concerne aos saldos comerciais. A quarta seção descreve a evolução da produção do agronegócio a partir de uma descrição de dados de grãos, com destaque para soja, milho e carnes com destaque para bovina e de frangos. Na quinta seção são apresentados os resultados da projeção da produção do agronegócio brasileiro entre as safras de 2010/11 a 2020/21, realizada pela AGE/MAPA em 2011. Finalmente são tecidas as principais conclusões.

2. HISTÓRIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O surgimento do agronegócio está relacionado com o processo de intensificação da atividade industrial, seja pelo surgimento de bens de capital e insumos agrícolas, seja pelo deslocamento das massas de trabalhadores do meio rural para o meio urbano, tal como se verificou nos principais países industrializados a partir da revolução verde. Especificamente no caso brasileiro, na década de 1950 iniciou-se o processo de modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, expandindo-se para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970.

Neste sentido, a dinâmica da constituição do agronegócio foi realizada a partir do processo de modernização da agricultura considerada, pela literatura, como conservadora, ou seja, caracterizada por inovar as condições de produção realizadas nas grandes propriedades, porém, mantendo a estrutura fundiária concentrada. Com efeito, o processo produtivo na agricultura tornou-se mais intensivo em capital (emprego de máquinas, insumos químicos e industriais), com a introdução e/ou substituição de cultivos voltados para o mercado externo (commodities) e a utilização intensiva do trabalho assalariado (PLATA, 2001).

Em um primeiro momento, o processo de modernização da agricultura, base para a formação do agronegócio, esteve restrito pela capacidade de compra das exportações. No entanto, em meados da década de 1970, na medida em que este processo foi se intensificando com o desenvolvimento das indústrias voltadas especificamente para atender as demandas do setor agropecuário, (máquinas, equipamentos, defensivos, adubos, vacinas, rações e outros insumos), esse processo tornou-se autônomo, permitindo que a modernização da agricultura passasse a ser endógena e irreversível, no sentido de que uma regressão da base técnica implicaria também em uma regressão da produção agrícola (Kageyama et.alli, 1990, op cit (PLATA, 2001).).

Em função disto, a agricultura já não poderia ser abordada de maneira isolada dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. As atividades agrícolas deveriam ser consideradas como fazendo parte de urna extensa rede de agentes econômicos que iam desde a produção de insumos, transformação industrial até armazenagem e distribuição de produtos agrícolas e derivados (Ibidem) (Figura 1).

Figura 1. Agronegócio.



Fonte: Mendonça (sem data). Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u16.jhtm>>. Acessado em 01/02/2011.

Na consolidação do agronegócio brasileiro, a dinâmica agropecuária brasileira passou a apresentar um perfil produtivo baseado na grande escala sustentada no uso de insumos e máquinas e em sua conexão com a indústria. A agricultura transformou-se num ramo da produção semelhante à indústria, que compra insumos, produz matérias-primas e depois as vende a outros ramos da produção. A agricultura passa então a participar a montante e a jusante da malha de relações Inter setoriais da economia, não existindo mais uma única dinâmica da agricultura em geral, mas várias dinâmicas com uma forma específica de ocupação produtiva do espaço geográfico, cada uma correspondente a um complexo agroindustrial, tal como descrito por Davis & Goldberg, 1957 apud Araújo (2009), que serve de pano de fundo para definir o conceito de agronegócio (PLATA, 2001).

"[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação de insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários 'in natura' ou industrializados".

As propriedades que se inseriram no padrão produtivo do agronegócio já eram grandes e ampliaram-se por meio da compra adicional de terras para poder absorver as economias de escala oriundas da mecanização. Nestes termos, pode-se dizer que o modelo de agronegócio engendrado no Brasil vem acentuando o perfil concentrado da distribuição fundiária.

O Estado brasileiro desempenhou um papel importante na viabilização do processo de formação das cadeias agroindustriais por meio da implementação de um conjunto de políticas econômicas e institucionais, destacando-se a política de crédito subsidiado e a política tecnológica. Esta última tornou-se evidente por meio do grande esforço de pesquisa das instituições públicas, principalmente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a partir do início dos anos setenta. Essa percepção é confirmada pelo seguinte parágrafo:

“Cabe destacar, não obstante, que isto não ocorreu de forma espontânea. O sucesso do agronegócio forma parte de uma estratégia desenhada nos anos 70 que distinguiu pontos para a resolução de vários problemas estruturais que travavam o desempenho da agricultura. O desenvolvimento tecnológico promovido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é usualmente citado como um dos principais fatores, entretanto há outros de igual ou maior relevância, como a abertura de fronteiras agrícolas no cerrado através de programas de colonização dirigida e das inovações introduzidas nos mecanismos tradicionais de política agrícola no Brasil” (Ganzarolli e Berenguer, 2010, p. 18).

O principal instrumento utilizado pelo Estado para promover a modernização da agricultura, e, portanto, o agronegócio, foi o crédito rural subsidiado, que estimulou a formação das cadeias agroindustriais por meio da utilização de insumos e práticas pré-determinadas pelo padrão vigente de modernização. A alocação desse crédito levou a uma acentuada diferenciação social e espacial que se manifestou numa elevada concentração fundiária e de renda. Ou seja, a política de crédito subsidiado privilegiou os grandes proprietários de terra e detentores de riqueza em geral, participantes das cadeias produtivas do agronegócio, enquanto discriminou os pequenos produtores (PLATA, 2001).

A política de crédito agrícola subsidiado, pilar fundamental do processo de modernização da agricultura brasileira, permitiu que as unidades produtivas incrementassem a sua escala de produção e partissem para um uso mais intensivo da terra através de um maior uso de insumos por área. Esta maior produtividade da terra, por sua vez, implicou num aumento de seu preço e o processo de modernização da agricultura foi norteado fundamentalmente pela busca do máximo lucro monetário. A preservação dos recursos naturais e os efeitos sobre o meio ambiente foram relegados a um segundo plano (PLATA, 2001).

Entretanto, a política de crédito subsidiado praticada nas décadas de 1970 e 80 foi substituída na década de 1990, por uma política de regulação da produção, por meio do mercado e por um conjunto de mudanças institucionais que permitiram aumentar a inserção do agronegócio brasileiro nas cadeias

comerciais internacionais, tal como apontam Ganzarolli e Berenguer (2010, p. 18):

“Além dos aspectos estruturais deve ser incluída na lista de fatores causais do sucesso do agronegócio a modernização das políticas agrícolas realizada durante os anos 90, com a mudança de uma política exclusivamente focalizada em crédito subsidiado para uma política de regulação da produção via mercado (Mercado futuros, Opções, Letras, etc.) e de inclusão da agricultura familiar no espectro das políticas agrícolas, o que permitiu que o sucesso do agronegócio fosse acompanhado por um desenvolvimento rural socialmente sustentável”.

Se por um lado a formação das cadeias agroindustriais do agronegócio brasileiro aumentou a produção e a produtividade da agropecuária nacional, a tal ponto que a segurança alimentar deixou de ser problema passando a ser um problema de acesso aos alimentos, por outro, intensificou certas características e criou outras na estrutura agrária. Em particular o agronegócio: i) concentrou ainda mais a propriedade da terra; ii) criou um grande exército de agricultores marginalizados da modernização, na medida em que alguns perderam sua terra e outros seu trabalho; iii) incentivou os agricultores capitalistas a produzir para o setor externo; iv) relegou a agricultura familiar à produção para atender o mercado interno, e; v) criou sérios danos aos recursos naturais e ao meio ambiente (PLATA, 2001).

Entretanto, no período mais recente, tem se verificado a inserção cada vez em uma escala maior das pequenas unidades produtivas dentro do contexto das cadeias produtivas agroindustriais que configuram o agronegócio. Um exemplo disso são as pequenas unidades produtivas de suínos do Sul do país, laticínios em diversas regiões do Brasil e produtores da agricultura familiar que plantam soja.

3. A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

A inserção externa da produção brasileira somente foi possível pelo fato de a representatividade da produção agropecuária ter crescido nos últimos anos em termos do comércio mundial. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** sintetiza este avanço mostrando a evolução da participação da produção brasileira, dentre os 20 países com maior produção mundial, de açúcar o qual vem se mantendo líder de produção, passou de 23% (1980) para 46,4% (2010), de milho, que representava em 1980 6% do total produzido e passou para representar 7,7% em 2010, da soja, que representava 18,8% da produção mundial em 1980 e passou a representar mais de ¼ em 2010, e da carne bovina que praticamente dobrou sua participação no período, saindo de 7,8% em 1980 e alcançando 15,4% em 2010.

Para melhor entender esta dinâmica, este item procura apresentar uma descrição da produção de grãos brasileira, dando ênfase para as commodities soja, milho, trigo e algodão, por meio da análise da quantidade produzida, área plantada e da produtividade. Em relação à pecuária, realiza-se uma avaliação sobre o rebanho, a quantidade abatida de carne, a demanda interna e a evolução das exportações e do saldo comercial relacionado com a pecuária de bovinos no Brasil.

Tabela 1. Brasil. Participação (%) dentre os 20 maiores produtores mundial, da produção brasileira, de açúcar, de milho, soja e carne bovina, nos anos de 1980, 2000 e 2010.

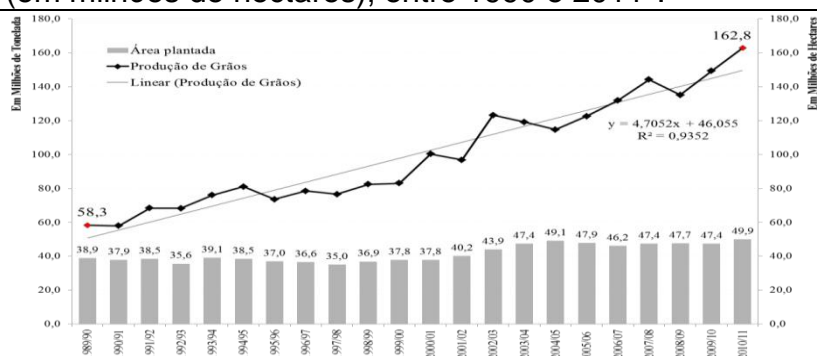
Anos	Açúcar		Milho		Soja		Carne Bovina	
	Part. %	Ranking	Part. %	Ranking	Part. %	Ranking	Part. %	Ranking
1980	23,00%	1º	6,00%	6º	18,80%	2º	7,80%	3º
2000	28,60%	1º	6,30%	9º	20,50%	2º	15,10%	2º
2010	46,40%	1º	7,70%	3º	26,50%	2º	15,40%	3º

Fonte: Elaboração própria com os dados da FaoStat

3.1. A produção de grãos

Verifica-se no período compreendido entre 1990 e 2011 há um crescimento expressivo na produção do agronegócio brasileiro, de modo que o volume produzido de grãos apresentou um crescimento de 179% entre 1990 e 2011, passando de 58,3 milhões de toneladas em 1980, para 162,8 milhões de toneladas para 2011 (Gráfico 1). Já em relação à área plantada de grãos no Brasil, verifica-se que no período de 1990 e 2011, não há um crescimento tão expressivo, tal como verificado na produção. A área plantada embora apresente um crescimento, passando de 38,9 milhões de hectares, para 49,9 milhões de hectares, ou seja, o incremento na área ocupada de 28%, entre 1990 e 2011 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Brasil. Evolução da produção de grãos (milhões de toneladas) e da área plantada (em milhões de hectares), entre 1990 e 2011¹.



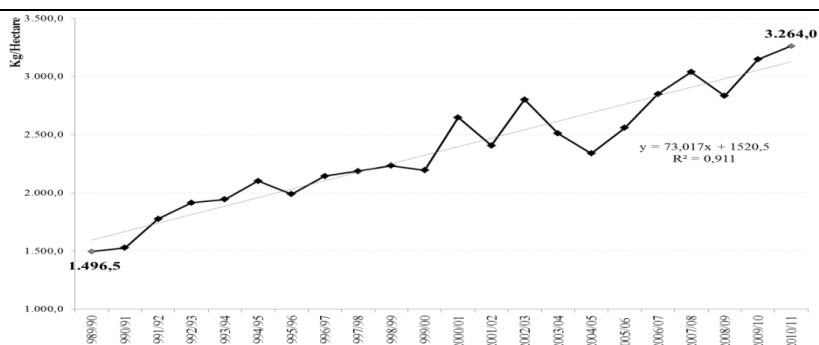
Fonte: Elaboração própria com dados da CONAB.

Nota [1]Dados de estimativa da CONAB.

Ainda que a área plantada não tenha apresentado um crescimento consistente no período compreendido entre 1990 e 2011, o crescimento da produção esteve amparado pelo incremento da produtividade. Neste sentido, os esforços tecnológicos decorrentes da criação de diversos centros de pesquisa e, principalmente a criação da EMBRAPA, em 1974, centralizando as atividades de pesquisa e desenvolvimento agropecuário no Brasil, ampliando e melhorando as tecnologias decorrentes da revolução verde, permitiram que o Brasil fosse capaz de aumentar substancialmente a produção de grãos, sem ter que com isso comprometer áreas destinadas a outras culturas. Em números, a produtividade de grãos mais que duplicou em um período de 20 anos, especificamente passou de aproximadamente 1,5 toneladas por hectare para 3,2 toneladas por hectare, o que representando um crescimento de 118%.

Gráfico 2. Brasil. Evolução da produtividade de grãos (kg/há.) entre 1990

e 2011¹.



Fonte: Elaboração própria com dados da CONAB.

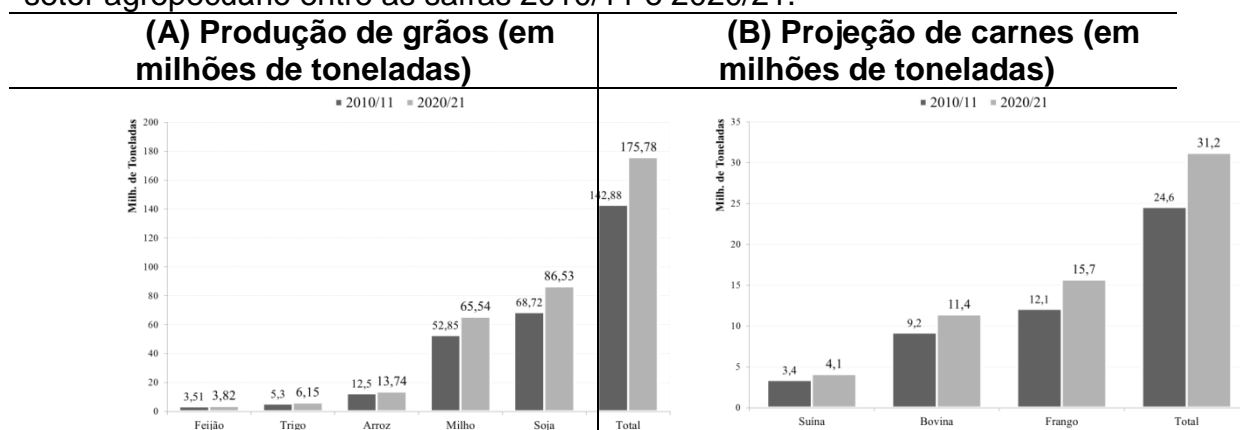
Nota [1]Dados de estimativa da CONAB.

Todavia, a expressiva evolução da capacidade produtiva do Brasil em grãos neste período deve levar em consideração a influência de algumas commodities sobre estes resultados. Deste modo, os itens seguintes vão explorar a evolução dos indicadores produção, área plantada e produtividade para quatro commodities importantes produzidas pelo Brasil: soja e milho.

4. Projeções para a produção do agronegócio brasileiro

Por um lado identifica-se que grande parte dos países considerados superpopulosos apresentam dificuldades para atender o crescimento da demanda interna por alimentos em decorrência do esgotamento de suas áreas agriculturáveis, no caso brasileiro, não se verifica a mesma restrição, tendo em vista, pelos dados analisados até aqui, que o incremento da produção do agronegócio brasileiro dos últimos anos se deu principalmente em função do aprimoramento tecnológico e não pela expansão da área ocupada pela agricultura. Em outros termos, o aumento da produção é resultado da obtenção de novas variedades dos cultivares e da seleção genética dos animais.

Gráfico 3. Brasil. Resultados das projeções dos principais produtos do setor agropecuário entre as safras 2010/11 e 2020/21.



Fonte: AGE/MAPA (2011).

As projeções fornecidas pela AGE/MAPA para a produção do agronegócio brasileiro para os próximos 10 anos são bastante otimistas. Em relação aos grãos verifica-se que é estimado um crescimento de 32,9 milhões de toneladas na produção dos principais grãos (Feijão, Trigo, Arroz, Milho e

Soja), o que representa um crescimento de 23% entre as safras de 2010/11 e 2020/21 (Gráfico 3(A))

Entre estes cinco grãos, destacam-se a soja que tem um crescimento previsto para a produção de 26% entre as safras de 2010/11 e 2020/21, seguido pelo milho, com crescimento previsto de 24% para o mesmo período. Por outro lado, o feijão apresenta uma previsão de crescimento mais tímida entre os cinco grãos, de maneira que se estima que entre as safras de 2010/11 e 2020/21 sua produção cresça 8,8%. Já em relação às carnes, as projeções da AGE/MAPA (2011) apontam que a produção irá passar de 24,6 milhões de toneladas (2010/11) para 31,2 milhões de toneladas (2020/21), o que representa um aumento de 6,6 milhões de toneladas ou 27% neste período. Especificamente, o crescimento esperado para a carne de frango é de 30%, para a carne bovina é de 24% e a carne suína 21% (Gráfico 3(B)).

É importante destacar que a despeito da projeção de crescimento da produção do agronegócio brasileiro entre as safras de 2010/11 e 2020/21, existe a expectativa de ocorrer pressão sobre a demanda pelos produtos do agronegócio, tendo em vista que espera-se que tanto as exportações, em decorrência da incapacidade de aumento da produção de alguns países, como o consumo interno aumentem significativamente. Em relação ao mercado interno, as projeções da AGE/MAPA (2011) são de que a demanda interna consuma entrono de 52,7% da produção entre 2010/11 e 2020/21, já para o milho estimasse um consumo interno de 86%, no mesmo período. Ou seja, grande parte do incremento da produção do agronegócio brasileiro, obtida em função da produtividade, terá como espaço de destinação a economia brasileira.

Também segundo a AGE/MAPA (2011), na pecuária de carnes, também haverá forte pressão do mercado interno. Do aumento previsto na produção de carne de frango, 65,3% da produção serão destinados ao mercado interno; da carne bovina produzida, 77,0% deverão ir ao mercado interno, e na carne suína, 80,0% serão destinados ao mercado interno. Nestes termos, embora o Brasil seja, em geral, um grande exportador para vários desses produtos, o consumo interno é predominante no destino da produção (AGE/MAPA, 2011).

5. Considerações finais

O surgimento do agronegócio está relacionado com o processo de intensificação da atividade industrial, seja pelo surgimento de bens de capital e insumos agrícolas, seja pelo deslocamento das massas de trabalhadores do meio rural para o meio urbano. No Brasil, este processo se inicia na década de 1950 com o processo de modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, expandindo-se para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970.

Os reflexos deste processo fizeram com que o espaço agrário brasileiro passasse por significativas mudanças, proporcionando um considerável aumento na produção agrícola, criando condições para produção de excedentes exportáveis e contribuindo cada vez mais para os saldos da balança comercial brasileira.

No entanto, este processo não ocorreu de forma totalmente uniforme no setor agrário brasileiro, privilegiando em seus primórdios as grandes propriedades e as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Neste sentido, a dinâmica da constituição do agronegócio foi realizada a partir do processo de modernização da agricultura considerada, pela literatura, como conservadora,

ou seja, caracterizada por inovar as condições de produção realizadas nas grandes propriedades, porém, mantendo a estrutura fundiária concentrada. Com efeito, o processo produtivo na agricultura tornou-se mais intensivo em capital (emprego de máquinas, insumos químicos e industriais), com a introdução e/ou substituição de cultivos voltados para o mercado externo (commodities) e a utilização intensiva do trabalho assalariado.

Cabe destacar, que o Estado apresentou papel de destaque no processo de formação do agronegócio brasileiro. Um deles foi à criação da EMBRAPA, que centralizou administrativamente e proporcionou melhor coordenação das atividades de pesquisa de diversos centros de pesquisa voltados para a agricultura espalhados ao redor do país, assim como por meio de sua criação foram instituídos outros centros de pesquisa. Outra frente em que o Estado Brasileiro participou com grande força está relacionada com a concessão de crédito rural subsidiado para modernização do campo e para a adoção dos novos equipamentos e métodos produtivos.

Em relação ao produto nacional, a atividade agropecuária apresentou relativa estabilidade de participação na conformação do PIB brasileiro nos últimos anos, situando-se em 6,0%

No tocante aos grãos, o volume produzido apresentou um crescimento de 179% entre 1990 e 2010, passando de 58,3 milhões de toneladas, para 162,8 milhões de toneladas em 2011. Entretanto, a área plantada de grãos apresenta um crescimento de 9,5% no período de 1980 a 2010, de modo que o crescimento da produção está muito mais relacionado com o aumento da produtividade, que passou de aproximadamente 1,5 toneladas por hectare para 3,1 toneladas por hectare, entre 1990 e 2010, o que representa um crescimento de 110% somente neste período de 20 anos.

Neste sentido, os esforços tecnológicos decorrentes da criação de diversos centros de pesquisa e, principalmente a criação da EMBRAPA, em 1974, centralizando as atividades de pesquisa e desenvolvimento agropecuário no Brasil, ampliando e melhorando as tecnologias decorrentes da revolução verde, permitiram que o Brasil fosse capaz de aumentar substancialmente a produção de grãos, sem ter que com isso aumentar significativamente a área destinada a estas commodities.

Dentre os grãos avaliados individualmente, apenas a soja e o trigo apresentaram crescimento da área plantada no período compreendido entre 1980 e 2010, ainda que estes grãos também apresentem incremento de produtividade. Esta constatação reforça a conclusão de que o agronegócio brasileiro conseguiu incrementar a produção sem que isso refletisse em um incremento muito substantivo na área ocupada para plantar.

Deste modo, a forma como o agronegócio brasileiro incrementou a produção baseado em aperfeiçoamentos tecnológicos e tendo como resultado o aumento da produtividade sem com isto aumentar na mesma proporção à área ocupada para produzir, criou um imenso potencial de aumento da produção no Brasil diferentemente do que ocorre na atualidade em diversos países superpopulosos. Esse potencial brasileiro reside na disponibilidade de conhecimento tecnológico para realização esta produção e na disponibilidade de recursos naturais, de modo que todos estes fatores colaboram conjuntamente para incrementar a competitividade do agronegócio brasileiro no cenário internacional nos próximos anos.

6. REFERÊNCIAS

AGE/MAPA – Assessoria de gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio Brasil – 2010/11-2020/21. Disponível em <http://www.cifeijao.com.br/downloads/projecoes_agronegocio.pdf>. Acessado em 20/03/2012.

ARAÚJO, M. Fundamentos de agronegócios. São Paulo, 2ª ed. Atlas, 2009.
DAVIS, J. H.; GOLDEBERG, R. A Concept of Agribusiness. Boston: Havard University, 1957.

GANZAROLLI, C.; BERENQUER, M. O. Evolução do agronegócio no Brasil nos últimos 30 anos. In GANZAROLLI, C.; BERENQUER, M. O. Experiências recentes em Agronegócio e Desenvolvimento Rural Sustentável bem sucedidas no Brasil. Brasília, IICA/CEAGRO, 2010. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/82/experiencias_recientes.pdf>. Acessado em 02/02/2011.

MAPA - Ministério Agricultura, Pecuária e Pesca. Dados Básicos de Economia Agrícola. Fevereiro/2012. Disponível em:

KAGEYAMA, A., coord. (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais. In: Delgado, G., org. Agricultura e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA.

PLATA, L. Mercado de Terras no Brasil: Gênese, Determinação de seus Preços e Políticas, Tese de doutorado, 2001.

SABATO, J. A. (1979), Ensayos de Campera, Juarez Editor, Buenos Aires.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Statistical Databases. Agriculture. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>. Acessado em 20/06/2012.